

## **REQUERIMENTO Nº 8, DE 2014 - CDH**

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, inciso II da Constituição Federal, combinado com os artigos 90, inciso II e 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Audiência Pública nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, para debater a permanência do analfabetismo entre uma parcela significativa de jovens e adultos no Brasil e a constatação de que o analfabetismo não apenas não foi eliminado como também não tem tido a redução esperada em termos percentuais e quase nada em números absolutos.

Palestrantes sugeridos:

- Sr. Moacir Gadotti – Professor da USP, Dirigente do Instituto Paulo Freire;
- Sra. Maria do Rosário – Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República;
- Sr. Jose Henrique Paim – Ministro de Estado da Educação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A imprensa mais uma vez dá destaque ao recente relatório da UNESCO de que o Brasil é o oitavo país do mundo em número de analfabetos jovens e adultos. Este Relatório de Monitoramento Global de EPT – Educação para Todos, da UNESCO, 2013/14 especifica que o Brasil está entre os países que “estão longe de atingir a meta” da erradicação. A situação é ainda mais grave quando percebemos a redução e não aumento no número de alfabetizados. Entre 1993 e 2003, o número de analfabetos foi reduzido de 16,7 milhões para 14, 6 milhões, 200 mil por

ano; entre 2003 e 2013 a redução foi de 14,6 milhões para 13,9 milhões, apenas 70 mil por ano. Esta é uma questão de Direitos Humanos. O analfabeto é um cidadão torturado constantemente intelectual, moral e economicamente. Em um país que diz respeitar os Direitos Humanos esta situação é inadmissível.

Se compararmos nossa situação com a de outros países, levando em conta nossa receita per capita, a situação fica ainda mais vergonhosa.

Dez países com maior percentual de analfabetos jovens e adultos e a renda per capita em 2011

	<b>País</b>	<b>Renda per capita em US\$</b>	<b>% analfabetos jovens e adultos</b>
1	Brasil	12.789	8,70
2	China	5.414	6,50
3	Indonésia	3.509	7,19
4	Egito	2.970	26,13
5	Nigéria	1.490	48,92
6	Índia	1.385	26,00
7	Paquistão	1.201	45,11
8	Bangladesh	678	42,27
9	Etiópia	360	61,00
10	Rep.Dem.Congo	311	16,20

(Fonte: UNESCO e FMI):

O artigo 208 da Constituição de 1988 determinava o prazo de 10 anos para que o Brasil se transformasse em país livre do analfabetismo. De lá para cá tivemos 4 presidentes eleitos, três deles, Fernando Henrique, Lula e Dilma com claras origens progressistas e posturas com compromissos democráticos, governos social-democratas, mas o analfabetismo não apenas não foi eliminado, como tem tido uma redução em termos percentuais e quase nada em números absolutos.

De 1994 até 2014, o PIB cresceu em termos reais cerca de 76%, a renda média mensal da população aumentou em aproximadamente 48%, o número de alunos no ensino superior mais de 325%, mas a percentagem de analfabetismo de adultos caiu de 15,3% para 8,7%. O número absoluto caiu apenas de 16,14 milhões para 13,9 milhões por ano.

Se deste total descontamos os analfabetos que faleceram nesse período, a redução direta de analfabetismo graças a programas de alfabetização foi muito menor. Pode-se dizer que há uma torneira aberta por onde anualmente pingam novos adultos analfabetos saindo da escola sem aprender a ler e que não estamos fazendo o esforço necessário para transformar o Brasil num país livre do analfabetismo.

Isto é o resultado do descaso com o assunto. Os últimos governos foram pródigos e positivos no que se refere às universidades, com programas de incentivo à criação e financiamento de universidades particulares, novas universidades estatais e apoio às atuais, mas, o analfabetismo tem sido tratado como um problema menor, sem importância.

Em 2003, o governo Lula chegou a lançar uma grande campanha objetivando erradicar o analfabetismo em poucos anos. Foi criada uma secretaria específica no MEC com prazo de duração, e o Programa Brasil Alfabetizado para realizar a meta. Em 2004, a Secretaria foi pura e simplesmente extinta como maior prova do descaso, e o “Brasil Alfabetizado” foi relegado e esvaziado. A gênese do PROUNI, PL 2854/2003 apresentado pelo MEC na Casa Civil – Presidência, em 2003, sob o nome de PAE - Programa de Apoio ao Estudante universitário previa pagar as mensalidades dos alunos nas universidades particulares e dar bolsas aos estudantes das públicas, exigindo deles que fossem alfabetizadores de adultos durante 6 horas por semana durante um semestre. Se isto tivesse sido aprovado, os alunos beneficiados já teriam conseguido com seu esforço erradicar o analfabetismo. Mas, atendendo a pressão dos alunos e das direções das universidades, quando o PAE se transformou em PROUNI esta condição foi retirada, o que beneficiou os alunos, mas demonstrou o descaso com o problema da alfabetização.

Este descaso chega a ser explicitado em declarações governamentais de que o caminho é alfabetizar as crianças, deixando que a natureza resolva o problema pela morbididade dos adultos. Nesta lógica, não se justificaria erradicar o analfabetismo de velhos porque o aumento na renda do alfabetizado não compensaria o custo com a alfabetização. Erram econômica e moralmente. Na economia porque a alfabetização aumenta em 40% a renda do trabalhador e muitos deles, embora adultos, estão em idade produtiva. Mas, sobretudo moralmente dizer que um investimento não se justifica pela baixa produtividade do beneficiado levaria a suspender gastos com saúde daqueles que já tivessem passado da idade produtiva. A alfabetização é uma questão moral.

Tanto quanto o atendimento a saúde, o analfabetismo fere os Direitos Humanos do cidadão; é uma questão de humanismo. Por isso, a proposta desta audiência para analisar o assunto do analfabetismo na ótica dos Direitos Humanos.

Sala das Sessões, em 26 de fevereiro de 2014

SENADOR CRISTOVAM BUARQUE E SENADOR PAULO PAIM